

Atendimento a gestante carente é falho

Mulheres da periferia de São Paulo percorrem até 90 quilômetros com dores de parto em busca de leitos

IRIS DE OLIVEIRA

Ser mãe no Brasil é muito difícil quando se depende da saúde pública. O próprio ministro da Saúde, José Serra, reconhece que os índices de mortalidade materna são "absurdamente altos, porque falta à mulher um atendimento integral". O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo registra todo mês cerca de 20 novas denúncias envolvendo atendimento obstétrico, o campeão das queixas. Os problemas vão da imperícia médica à recusa de atendimento a mulheres em trabalho de parto, em hospitais, por falta de vagas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o risco de uma brasileira morrer por problemas decorrentes da gravidez ou no parto é de 1 para cada 130 casos. Os perigos que a mulher corre no Brasil são maiores do que na Tunísia e no Equador. Os dados fazem parte do alerta da campanha deste ano da OMS, que tem como tema Maternidade Segura.

A pesquisadora do Núcleo de Investigação em Saúde da Mulher e da Criança, Anna Volochko, afirma que as mulheres da periferia de São Paulo percorrem até 90 quilômetros com dores de parto em busca de leitos. "Em Sapopemba, um bairro com 300 mil habitantes, não há nenhum leito obstétrico", exemplifica. "Muitas mulheres marcam operação cesariana pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apenas para garantir um leito nas maternidades."

No Estado de São Paulo, 52% dos partos realizados são cesarianas, segundo dados de 1996 da Fundação Seade. Os especialistas apontam que o risco de mortalidade em uma cesariana é até 20 ve-



Grávida, com dores e a bolsa rompida, Eliana Alves da Silva é recusada pelo Hospital Tide Setubal

zes maior do que no parto natural.

Estudos da presidente da Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), Ana Cristina

d'Andretta Tanaka, apontam aumento de 10%, nos dois últimos anos, no número de mulheres que morrem durante o parto na cidade de São Paulo. "Os últimos números mostram 50 mortes de mães para cada 100 mil crianças nascidas vivas no município, mas há tendência de aumento", diz.

Bolsa - Em menos de três horas de plantão no Hospital e Maternidade Tide Setubal, em São Miguel

Paulista, bairro da periferia de São Paulo, o Estado registrou no dia 1.º a recusa de vaga para várias mulheres grávidas de nove meses, que diziam estar sentindo fortes dores.

Eliana Alves da Silva, de 24 anos, acompanhada do marido, o metalúrgico Agnaldo Teixeira da Cruz, foi um desses casos. "É o nosso primeiro filho e a bolsa rompeu faz meia hora", contou ela ao chegar ao hospital.

Eliana veio do Itaim Paulista para ser atendida em São Miguel, mas deixou a sala do médico com uma expressão angustiada. "Estou com um dedo de dilatação, mas o médico disse para procurar-

mos outro hospital porque aqui não há vaga", disse ao marido.

A direção do Hospital Santa Marcelina, em Itaquera, onde Eliana conseguiu vaga, informou que ela foi atendida já em trabalho de parto, em mais um caso muito comum de atendimento a pacientes dispensados por outros hospitais.

No Hospital e Maternidade Tide Setubal, ligado ao Plano de Atendimento à Saúde (PAS), a diretoria não quis falar sobre o assunto. O assessor de Imprensa do PAS, Orlando Magnoli, afirmou que o hospital passou por problemas com infecção hospitalar por causa de superlotação e por isso atende apenas às emergências.

Asfixia - A dona de casa Maria Tereza Bazan da Costa acusa a Maternidade João Paulo II, em Osasco, de atraso de 12 horas

na realização da cesariana para o nascimento de sua filha Gabriela, em novembro de 1995. "O bebê sofreu asfixia, pois engoliu água da bolsa", declara. "Ela vai fazer três anos, mas não anda nem fala por causa da paralisia cerebral que resultou da asfixia", diz a mãe.

Maria Tereza afirma que a direção do hospital exigiu dela, na época, R\$ 200,00 pelo parto que seria realizado pelo SUS. "Pensei que, por estar pagando, tudo correria bem", diz. "Quis pagar com cheque, mas eles exigiram dinheiro", afirma.

Por lei, o hospital que recebe pelo SUS não pode cobrar do paciente. A gerente do Hospital João Paulo II, Lourdes dos Santos, disse que as denúncias são falsas. "Ela tem recibo para provar que cobramos?", pergunta a gerente.

"Por conta dos atrasos nos repasses de verbas do SUS, estamos há dois meses com os salários dos funcionários atrasados", diz.

A aposentada Maria Lima, de 71 anos, diz que espera estar viva para ver justiça no caso de sua filha Lara Aparecida de Lima Braz. Lara morreu uma semana depois de dar à luz Talita em uma cesariana seguida de laqueadura de trompas, realizada por meio do SUS em Jandira, interior do Estado. "Como um hospital pode dar alta para uma mulher com dores e ela morrer uma semana depois?", indaga. O atestado de óbito de Lara informa que ela morreu de "viceração de pós-cesárea", uma "infecção generalizada", segundo sua mãe. É a aposentada que cria a pequena Talita, de 2 anos, com uma pensão de meio salário mínimo.

**CONSELHO
REGISTRA 20
DENÚNCIAS
POR MÊS**